

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.005 - MG (2019/0301377-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL**  
**ADVOGADOS : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999**  
**LUIZ GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259**  
**BRUNA PARENZI TAPADA - MG157953**  
**AGRAVANTE : IOLANDA CORDEIRO DE TOLEDO CAMPOS**  
**AGRAVANTE : ANTONIO CAMPOS**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE BARROS TAVARES - MG122676**  
**BRUNA FERNANDA DA SILVA - MG157246**  
**LUDMILA FONTES DE ALMEIDA ALVES - MG177110**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do NCPC), interposto por CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 508/515, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 371/372, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. AGRAVO RETIDO - NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - NÃO CONHECIMENTO. PREVI - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CDC - NÃO APLICAÇÃO. CET - COEFICIENTE DE EQUALIZAÇÃO DE TAXAS - BIS IN IDEM - SUPRESSÃO MANTIDA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO - AUSÊNCIA DE BASE LEGAL EM CONTRATO QUE NÃO É REGIDO PELO SFH - NULIDADE DA CLÁUSULA SÉTIMA - MANUTENÇÃO. ADITAMENTO AO CONTRATO DE MÚTUO - NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO REDUTOR AO SALDO DEVEDOR, CONFORME PACTUADO - DETERMINAÇÃO MANTIDA. LIMITAÇÃO DA CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR AO IGP-DI/FGV, SEM SUPERAR A VARIAÇÃO SALARIAL DA MUTUÁRIA. INEXIGIBILIDADE DOS ENCARGOS MORATÓRIOS - AUSÊNCIA DE MORA - IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

1 -O Juiz é o destinatário das provas e é o seu dever indeferir aquelas inúteis ou meramente protelatórias, sem que isso represente ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Estando a capitalização de juros expressamente prevista no contrato, descabe falar-se em perícia para aferir a sua incidência. Agravo retido desprovido.

2 - Embora afirmada em recurso a nulidade do julgado "por ausência de

prestação jurisdicional", não houve qualquer fundamentação a respeito nas razões recursais, o que impede o conhecimento da matéria pelo Tribunal, por ausência de dialeticidade.

3 - Segundo hodierna jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, ainda que a relação jurídica havida entre as partes seja um contrato de mútuo, não haverá incidência do código consumerista, pois as entidades fechadas de previdência privada não podem ser equiparadas às instituições financeiras, por não possuírem fins lucrativos.

4 - Configura bis in idem a cobrança da CET, uma vez que o contrato já prevê os índices de correção aplicáveis às parcelas, nada havendo que justifique a adoção de um percentual adicional fixo para corrigir possíveis diferenças. A ausência de previsão de devolução da CET nos casos em que não for utilizada também indica sua abusividade.

5 - Como a PREVI não se identifica com nenhuma das hipóteses do rol taxativo legal de entidades que integram o SFH, a ela não se aplicam as regras do Sistema Financeiro de Habitação. Por ausência de previsão legal à época, deve ser mantido o decote da capitalização mensal de juros.

6 - Não implementado o redutor do saldo devedor pactuado em aditamento ao contrato de mútuo, é dever da mutuante cumprir o pactuado, sob preceitos da pacta sunt servanda.

7 - No ônus que lhe incumbia, art. 373, II do CPC/15, a 2ª apelante PREVI não logrou demonstrar que tenha aplicado, a partir de fevereiro de 1999, os índices de correção do aditamento, os quais passariam a ser o IGP-DI/FGV, com obediência ao teto que seria o reajuste salarial acumulado anual da devedora mulher. Logo, neste ponto, a sentença deve ser reformada para que, neste tocante, se cumpra o aditamento.

8 - Não há que se falar em sobrestamento dos efeitos da mora se, na inicial, os mutuários confirmam estar em dia com as prestações, sendo descabido submeter ao Judiciário a resolução de lides hipotéticas.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados com imposição de multa.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 6º, 10, 489, 1022 e 1026, § 2º, do NCPC; e 354, 421 e 422 do CC/02.

Sustenta, em síntese, a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, bem como a *"legalidade da Tabela Price como método de amortização utilizada no contrato na qual inexistia anatocismo"*.

Contrarrazões (fls. 491/499, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: (i) não houve ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC; e (ii) incidência da Súmula 83/STJ.

Daí o presente agravo (art. 1042 do NCPC), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 553/561 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar em parte.

1. Quanto à apontada violação dos artigos 489 e 1.022 do NCPC, não assiste razão à recorrente, porquanto uníssona a jurisprudência deste STJ no sentido de que inócorre

a mácula quando clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte (Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; REsp 1.264.044/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; AgRg no REsp 1.245.079/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e AgRg no Ag 1.407.760/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PRINCÍPIO DA LIBerdade DE ASSOCIAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE REPETITIVO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1192304/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1022 do CPC/2015.

2. Agravo interno no recurso especial desprovido, com majoração de honorários.

(AgInt no REsp 1669793/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018)

2. Na espécie, a Corte local, quanto à capitalização de juros e utilização da Tabela Price, adotou os seguintes fundamentos (fls. 386/387, e-STJ):

(...) é incabível a capitalização mensal de juros no contrato em questão, uma vez que, caso estivesse sujeita à normatização do SFH, prevaleceria o entendimento de que a capitalização somente seria possível para contratos firmados a partir de 31.03.2000, ou seja, a partir da vigência da MP n.º 1.963-17/2000, o que não é o caso.

(...)

Consequentemente, neste capítulo deve ser mantido o decote da capitalização mensal de juros no contrato firmado entre as partes.

Importante frisar que, havendo cláusula expressa de capitalização mensal de juros, CLAUSULA SÉTIMA, a qual restou decotada, é despidendo aferir, nesta fase, se a capitalização decorre da utilização da Tabela Price, da correção do saldo devedor antes do abatimento da parcela ou de "amortização negativa", tudo a ser aferido na fase de liquidação. Vale dizer, determinado o decote da capitalização de juros no contrato, o cálculo de liquidação considerará todas as formas que esta possa ocorrer na relação jurídica havida entre as partes.

Desse modo, inevitavelmente, para rever tais conclusões, seria imprescindível a incursão na seara probatória dos autos e a interpretação das cláusulas contratuais, o que não é permitido nesta instância especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. ART. 543-C DO CPC/73. NÃO PROVIMENTO.**

**1. A discussão sobre eventual capitalização de juros na evolução de contrato em que adotado o sistema Price de amortização esbarra no óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte, por implicar o reexame de elementos fático-probatórios. Precedente.**

**2. Agravo interno a que se nega provimento.**

(AgInt no AREsp 1084805/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017)

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MÚTUO HIPOTECÁRIO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. CONSTATAÇÃO APÓS ANÁLISE DO CONTRATO E REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.**

**1. A negativa de prestação jurisdicional caracteriza-se pela recusa do juiz, mesmo após provocado por meio de embargos de declaração, em decidir todas as questões submetidas ao seu julgamento, com fundamentação dotada de clareza, coerência lógica entre premissas e conclusões e profundidade**

suficiente a amparar o resultado, revelando-se desnecessária, contudo, a manifestação judicial sobre todos os argumentos declinados pelas partes.

**2. A abusividade das cláusulas contratuais foi verificada pelas instâncias ordinárias mediante a acurada análise do contrato e das provas carreadas aos autos, sendo inadmissível, nesta via excepcional, infirmar tais conclusões, sob pena incidir os óbices das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 778.619/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

**3.** Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Ademais, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 1029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 157, § 3º, PRIMEIRA PARTE, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESATENÇÃO AO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

I - O recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, exige a demonstração do dissídio jurisprudencial através da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma (arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ), o que não ocorreu na espécie.

II - Não pode ser conhecido o agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão monocrática agravada.

Agravo regimental parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido.

(AgRg no AREsp 1164414/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 11/04/2018)

**4.** Por sua vez, quanto à aludida infringência ao artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 (correspondente ao artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973), razão assiste aos recorrentes.

Examinando a decisão proferida no julgamento do recurso de apelação, constata-se que os embargos declaratórios foram manifestados com o intento de

# *Superior Tribunal de Justiça*

prequestionar a matéria enfocada no âmbito do apelo especial.

Assim, ausente o caráter protelatório, aplicável ao caso a previsão constante da Súmula nº 98 desta Corte: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório*".

**5.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para excluir a multa imposta em sede de embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator